

## **A apoteose das encenações da fraternidade luso-brasileira: a participação do Brasil nas comemorações do centenário de morte do Infante D. Henrique em 1960**

Como é sabido, no ano de 1960 o panorama mundial caracterizava-se pelas acirradas disputas de influências políticas, ideológicas e econômicas dos blocos soviético e capitalista no âmbito da Guerra Fria. Neste contexto histórico assinalamos o avanço do processo de desestruturação dos imperialismos europeus, uma vez que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, 37 países da África, Ásia e Oriente Médio já haviam se emancipado com base no direito de autodeterminação dos povos<sup>1</sup>.

Diante deste quadro, o bloco socialista e o bloco capitalista passaram a competir pelo domínio sobre as colônias remanescentes. Por exemplo, o primeiro bloco passou a apoiar os movimentos independentistas em alguns países africanos, a exemplo do Movimento pela Libertação de Angola, ao passo que o segundo, sob a tutela dos Estados Unidos da América tratava de reconhecer imediatamente a soberania nacional daqueles países recém-emancipados.

No âmbito deste contexto histórico, o Estado Novo português chefiado por Antônio de Oliveira Salazar teve como cerne de seu projeto político a promoção da defesa e propaganda do Império Lusitano mediante uma ação combativa ao anticolonialismo que então começava a se consolidar como um direito comum à todas as nações que compunham a comunidade internacional. Coincidentemente, no ano de 1960, a morte do patrono das grandes navegações portuguesas – o Infante D. Henrique –, completaria quinhentos anos. Do ponto de vista simbólico, a data era oportuna para convocar argumentos de base historicista que buscavam relembrar a glória das “grandes navegações” e legitimar a ação colonizadora e civilizadora da nação portuguesa como uma espécie de “dom” ou “destino”.

Com o objetivo de compor as teatralizações desta fase áurea do passado do Império português, o governo de Salazar procurou a colaboração da nação de maior expressão cultural lusitana: o Brasil. Neste período, o país sul-americano era então governado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Para seus correligionários e adeptos, o

---

<sup>1</sup> Sobre o direito de autodeterminação dos povos, consultar: <http://www.jurisconsultos.org/2014-3-20-internacional.html> visitado em 09/11/2014.

Brasil vivia os seus “anos dourados”, alcunha empregada para representar o suposto desenvolvimento socioeconômico do país e a sua emergência a nível internacional, como atestavam as suas boas relações com os Estados Unidos, sua participação de país membro das Nações Unidas desde 1945, sua participação relevante em organizações internacionais como a OEA (Organização dos Estados Americanos), e, por fim, sua crescente liderança nas relações com os países da América do Sul e América Latina.

Por essas razões, o Brasil se apresentava ao governo português como uma potencial parceria para a defesa do Império lusitano, e, justamente, por isso, o presidente do governo português Antônio de Oliveira Salazar convidou o presidente Juscelino Kubitschek para ser o seu coanfitrião nas cerimônias comemorativas do aniversário do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique que tiveram lugar em várias cidades portuguesas. Naturalmente, e como já era de se esperar, o presidente Juscelino Kubitschek foi enfático na aceitação do convite: “Não podia faltar. [...] A minha viagem corresponde à grande ansiedade do povo brasileiro de prestar homenagem a Portugal no centenário do Infante”<sup>2</sup>.

Tendo acertado sua participação nos festejos henriquinos ao lado de sua esposa, de suas duas filhas, do vice-presidente João Goulart e de uma comitiva formada de cinquenta pessoas, no dia cinco de agosto, um dia antes de partir para Lisboa, Juscelino transferiu a presidência do país para Ranieri Mazilli, então presidente da Câmara de Deputados, que passou a governar o Brasil nos quatro dias em que o presidente se encontraria em terras portuguesas<sup>3</sup>.

A participação honrosa do Brasil junto ao governo português nas celebrações do quinto centenário de morte do Infante dariam início a uma das maiores encenações da fraternidade luso-brasileira desde o início do século XX. De fato, esta parceria luso-

---

<sup>2</sup> *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), sábado, nº 20.664, 60º ano, 06 de agosto, 1960, p., 1; p. 7.

<sup>3</sup> Veja-se um trecho do discurso proferido por JK na cerimônia de posse de Ranieri Mazilli como presidente da república do Brasil: “Sr. Presidente Pachal Ranieri Mazilli, ao me afastar do país por breves dias, a fim de levar as homenagens do povo brasileiro à nação portuguesa, ao ensejo das comemorações henriquinas, tenho a honra de transmitir o exercício do cargo de presidente da República a V. Exa., meu substituto legal, no impedimento do Sr. Vice-presidente João Belchior Goulart, que igualmente se ausenta para cumprimento de missão no exterior. Pode registrar-se nesta hora, em que V. Exa. Assume inteiramente os cargos da Presidência, que a nação, confiada em suas instituições e em suas autoridades, se acha tranqüila e com afinco se entrega ao trabalho, não apenas cuidando na faina rotineira de cada dia, mas, também empenhando-se a fundo nas tarefas que lhe impõe o programa de desenvolvimento econômico e cultural”. *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), sexta-feira, nº 20.663, 60º ano, 05 de agosto, 1960, p. 1.

brasileira que marcou as comemorações portuguesas de 1960 buscou sobrevalorizar a cultura de base lusófona perante o mundo e demonstrar a partir da idealização do Brasil que o modelo de colonização portuguesa é capaz de revelar o progresso aos povos. Neste sentido, o Brasil foi simbolicamente explorado como o exemplo vivo das capacidades civilizadoras do Império lusitano.

Em contrapartida, podemos nos perguntar o que teria levado o presidente J.K. a aderir a estratégia de autodefesa e autopropaganda do governo português chefiado por Salazar. Ora, em primeiro lugar, a comemoração do aniversário dos quinhentos anos da morte do Infante era muito oportuna para divulgar os “avanços” supostamente alcançados pelos programas do governo J.K. Portanto, o então presidente brasileiro via nesta ocasião um momento apto para apresentar os frutos de sua política desenvolvimentista e, sobretudo, para vangloriar a melhor síntese da modernidade com que buscava marcar o seu governo: a fundação de Brasília.

O reconhecimento dos feitos do governo J.K. por parte do governo português diante de outras autoridades estrangeiras que também integraram o evento comemorativo era sem dúvida, uma estratégia de autopropaganda do chefe de Estado brasileiro em sua condição de coanfitrião das festas henriquinas de 1960. De fato, se considerarmos a dimensão internacional destas comemorações de 1960, é possível perceber que a aliança luso-brasileira era intencionalmente exposta aos olhos do mundo em ocasiões minuciosamente estudadas, a exemplo do destaque de honra concedido ao Brasil<sup>4</sup> em diversas cerimônias, dentre as quais destacamos a ocorrida em Sagres que contou com a presença de aproximadamente cem navios de diversos países estrangeiros<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Não devemos esquecer que o plano das comemorações henriquinas pré-determinava os momentos-chave das homenagens prestadas ao Infante com o destaque especial à presença do presidente Juscelino Kubitschek ao lado de Salazar e do presidente português Américo Thomaz. Vejamos: “Está assente que durante as comemorações se efectuará a visita oficial do Presidente Kubitschek de Oliveira que, em representação do Brasil, presidirá, juntamente com o chefe de Estado português, aos actos mais significativos. Assim, o Presidente assistirá em Sagres ao desfile naval, em Lisboa à inauguração do monumento dos descobrimentos, no Porto à entrega do monumento ‘Casa do Infante’”. Portugal. *op. cit.*, volume 1, 1961, p.219.

<sup>5</sup> De acordo com Fernando Catroga, “[...] o desfile náutico internacional no cenário de Sagres que, de facto, contou com a presença de veleiros da Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Noruega, Portugal (com Sagres), República Federal Alemã e de vinte e oito vasos de guerra pertencentes a treze países”. CATROGA, Fernando José de Almeida. *op. cit.*, 1998, p. 292.

Ademais, algumas razões de motivação pessoal podem ter contribuído para que o presidente Juscelino tomasse parte no quinto centenário henriquino, a exemplo de sua boa relação e admiração por Salazar, o fato de ser um adepto do catolicismo e o fato de ser neto de português.

Em segundo lugar, vale lembrar que em 1960, a política externa brasileira se orientava pela vertente do *Ocidentalismo*, cujos preceitos consistiam na defesa e apoio aos países europeus/ americanos em detrimento dos interesses de países de outros continentes em questões de assuntos internacionais. Sob a lógica desta vertente, o Brasil tendia a apoiar, por exemplo, a dominação portuguesa em África e não a libertação das colônias africanas do domínio lusitano.

Finalmente, a ocasião permitia ao governo brasileiro filiar-se à glória do momento áureo das grandes navegações marítimas impulsionadas pelo Infante D. Henrique, apresentando-se como maior legado de civilização lusitana nas Américas e quiçás no mundo. Sob este ímpeto se desenvolveram os discursos e intercâmbio de homenagens entre as autoridades portuguesas e brasileiras que protagonizaram as festas henriquinas de 1960. Neste sentido, os louvores dirigidos a figura de D. Henrique igualava os dois países na exaltação do processo colonizador e civilizador português e, confirmava, sobremaneira, a parceria luso-brasileira aos olhos do mundo.

Por um lado, Salazar procurou aproximar-se da figura do Infante (re) afirmando a sua missão de ressuscitar a glória do Império português. Com isso, pretendia ofuscar a decadência que se vivia no presente e renovar as esperanças no destino da nação portuguesa: colonizar e civilizar o mundo. Deste modo, a imagem do Infante era simbolicamente explorada em favor da ação combativa do governo português ao anticolonialismo internacional.

Por outro lado, Juscelino aceitava orgulhosamente a idealização que se fazia do Brasil, mostrando-se como o responsável pela preservação do progresso levado pelos portugueses às terras brasileiras. As homenagens dirigidas a sua pessoa eram, amiúde, recebidas com comoção e agradecidas com todas as manifestações de simpatia e afeto, quando se tratava de apresentar um Brasil “herdeiro” da cultura e valores cristãos lusitanos, latinos e europeus.

Mas, sempre que Juscelino falava aos jornalistas, fossem estes portugueses ou de outras nacionalidades europeias, fazia questão de enumerar os avanços que seu governo promovia na ex-colônia portuguesa, dentre os quais Brasília ocupava lugar de destaque, exibido como uma espécie de cartão postal simbólico das grandezas e potencialidades da nação brasileira. Vejamos a descrição da nova capital nas palavras do próprio presidente, em entrevista concedida à radiodifusão francesa logo nos primeiros momentos de sua chegada em terras lusitanas: “Estamos aqui para dizer a Portugal e à Europa que Brasília é a continuação da política do Infante de Sagres. Temos milhões de quilômetros quadrados de território a descobrir e a desbravar [...]”<sup>6</sup>.

Ademais, nas cidades portuguesas que visitou, o presidente Juscelino evidenciava em seus discursos a imagem de seu país como legado da velha nação lusa, que após alcançar sua própria independência e maturidade histórica, soube seguir seu próprio caminho rumo ao progresso. Assim discursou Kubitschek, no Porto, aquando da inauguração da Casa do Infante na cidade que também guarda o coração de D. Pedro,

[...] o Brasil se sente reconhecido ao homem que guarda o seu coração aqui na cidade do Porto e continuará lutando e trabalhando para que dentro de muito pouco tempo, nem dez anos, o Brasil seja como todos os cálculos impõem e prevêem, a quarta nação mais poderosa do mundo. Mas, como poderia realizar-se o milagre destas dimensões e desta imensa projeção? Só com um trabalho formidável. Só com um trabalho intenso e profundo, trabalho que para nós fora herança que vocês, Portugueses, levaram para a América Portuguesa, trabalho que nós estamos continuando: sacrifício, heroísmo que nós estamos desenvolvendo e desdobrando, para não desmerecermos daquilo que vocês fizeram por nós. [...] Este trabalho e este esforço que ali se realiza, pela energia, pelo dinamismo, pela devoção do Brasileiro, é uma herança dos Portugueses. Nós não a realizamos apenas sozinhos. Nós a realizamos no prosseguimento de um trabalho que já encontramos, e ainda hoje com a legião de emigrantes que daqui partem, todos os meses, todas as horas, todos os anos, nós lá estamos de mãos juntas, na mesma tarefa hercúlea de construir no continente americano, uma Nação que sendo ao mesmo tempo Brasileira é também pelo afeto, pelo sentimento e pelas raízes, uma Nação Portuguesa. [...] Nós, do mundo luso-brasileiro, que estamos comemorando nesta hora meio milênio da morte de um homem que se projetou na história dos séculos e ficará também na história dos milênios, nós sabemos o que representam de esforço, de tenacidade e de heroísmo essas bravas iniciativas que os Portugueses tiveram a partir de 1.415 e que foram marcando, pelos oceanos desconhecidos, pelos mares tenebrosos, o traço audacioso e ousado dos bandeirantes,

---

<sup>6</sup> Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 422-423, 36º ano, 1960, p. 6.

do mar em que foram descobrindo ilhas, descobrindo terras e abrindo as imensas perspectivas do mundo<sup>7</sup>.

Todavia, Juscelino, ao contrário de Salazar, não era um político fechado às inovações políticas e econômicas. Aliás, neste aspecto, se olhados individualmente, os dois pouco teriam em comum. Por isso, talvez, fosse necessário fomentar a amizade entre ambos, e o momento propício das comemorações henriquinas parecia apresentar o clima ideal para a concretização deste propósito. Assim, enquanto Salazar se apresentava (ou era apresentado) como uma espécie de reatualização da gesta do Infante, promovendo o tributo à formação do Império português e à “descoberta” de novos mundos para o mundo civilizado europeu e cristão, Juscelino explorava outra leitura simbólica do filho de D. João I, pois ressaltava, sobretudo, o seu entusiasmo vanguardista pelas utilidades da tecnologia do seu tempo, bem como pela ciência renascentista, que soube pôr ao serviço do processo civilizatório e cristianizador.

Foi exatamente assim que Juscelino Kubitschek buscou associar-se à herança henriquina:

Este é o sentido civilizador de Brasília e quem vai hoje ao meu país, ao Brasil, já sabe que algo de extraordinário está acontecendo. As grandes estradas que rompem pelas florestas, atravessam os rios imensos que nós outros desconhecíamos até recentemente, as tabas de índios, as nações indígenas que nenhum homem ainda havia contemplado, tudo isso começa surgindo diante dos nossos olhos, com o mesmo encanto e com o mesmo mistério com que, em 1415, D. Henrique, o Navegador, mandando as suas pequenas naus para o mar desconhecido e tenebroso, começava a revelar ao mundo os pequeninos pontos que serviam de apoio para a conquista do Universo. Brasília tem esse sentido: é a meta das metas, é o objetivo supremo da conquista ainda de seis milhões de quilômetros quadrados que se encontravam inteiramente desertos, conhecidos apenas pelas nações dos indígenas<sup>8</sup>.

Sob a luz destas palavras, é possível identificar que Juscelino claramente se comparava aos colonizadores portugueses de outrora quando afirmava que seguia “descobrir” novos territórios e aculturando índios em pleno Brasil do século XX. Sob sua inspiração, Brasília seria, alegoricamente, uma espécie de “novo mundo” da atualidade, cujo feito maior consistia, não apenas na organização vanguardista de um

---

<sup>7</sup> Câmara municipal do Porto. *op. cit.*, 1960, pp. 307-308.

<sup>8</sup> Câmara Municipal do Porto, *op. cit.*, 1960, p. 310.

território até então desconhecido da própria nação brasileira, mas, antes disso, significava o nascimento de uma cidade moderna, futurista e quase utópica, cuidadosamente projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Além disso, não esqueçamos que a primeira missa realizada na nova capital foi presidida pelo Cardeal Cerejeira na presença de trinta mil pessoas na Praça dos Três Poderes, ato que, simbolicamente, quis remeter para o momento fundador de Porto Seguro. Não por acaso, o crucifixo que figurava no altar era o mesmo que fora erguido quando Frei Henrique de Coimbra <sup>9</sup> proferiu seu primeiro culto católico no solo denominado pelos portugueses “Terras de Vera Cruz”.

Mas, nem só com elementos do passado o criador de Brasília creditava a sua filiação à obra do Infante Dom Henrique. Neste sentido, muito curiosa se revelou a proposta futurista feita ao governo português para desenvolver um instituto de astronáutica luso-brasileiro, sugestão que também recebia os impulsos mais recentes dos ecos dos feitos de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pelo lado português, e de Santos Dumont, pelo brasileiro:

Estou confiando ao Embaixador Francisco Negrão de Lima a missão especial de em meu nome, transmitir-lhe uma sugestão que me veio recentemente ao espírito e que se me afigura iniciativa de maior oportunidade, capaz de estreitar ainda mais os laços que unem Brasil e Portugal. Ocorreu-me pensar que, neste ano dedicado às comemorações henriquinas, os nossos dois países deveriam comprometer-se a conjugar recursos e somar esforços no intuito de fundar, no mesmo espírito de Sagres, no mesmo espírito dos heróicos navegantes que devassaram outrora os mares desconhecidos e incorporavam novos continentes à civilização cristã, um Instituto de Astronáutica em que as gerações portuguesas e brasileiras se apresentassem a emular com seus gloriosos antepassados na exploração e conquista dos espaços siderias. Que mais bela tarefa, na verdade poderia irmanar, hoje, brasileiros e portugueses do que uma instituição de sólida envergadura científica, consagrada a colocar os nossos dois povos, dentro do rigor da tecnologia e da astronáutica modernas? Que mais bela acentura para os dois povos do que essa de se prepararem para participar das expedições que já se projetam para a exploração e domínio dos caminhos do céu? O novo Instituto, a nascer

---

<sup>9</sup> Sobre a primeira missa realizada em Brasília: “Impaciente como o fundador da cidade, o primeiro dia da nova capital da República começou na véspera. Faltavam cinco minutos para a meia-noite quando, na Praça dos Três Poderes, aos olhos de 30 000 pessoas, o cardeal português dom Manuel Gonçalves Cerejeira, representante do papa João XXIII, deu início à celebração de uma missa solene. Sobre o altar, erguia-se a cruz de ferro que, 460 anos antes, abençoara a primeira missa em terra brasileira, rezada por frei Henrique de Coimbra, capelão da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Trazida do museu da Sé de Braga, em Portugal”. “Especial Brasília 50 anos” in *Revista Veja*, novembro, São Paulo, Editora Abril, 2009, p.132.

sob a égide do Infante deverá organizar-se à altura das gloriosas tradições dos que traçaram através do Mundo, a epopéia da Descoberta e da Conquista <sup>10</sup>.

Em seguida, em carta escrita ao presidente português, Juscelino esclarecia como o Instituto de Astronáutica luso-brasileiro deveria funcionar:

O Instituto de Aeronáutica de que falo, há-de planear-se como um centro de investigações e de estudos superiores que reúna sábios especialistas de todo o Mundo e onde a mocidade brasileira e portuguesa se iniciará nas ciências que ora enfrentaram o desafio dos espaços infinitos <sup>11</sup>.

Diante da proposta do presidente brasileiro de homenagear o Infante Dom Henrique com a criação de um Instituto de Astronáutica, podemos dimensionar as suas idealizações para a Comunidade Luso-Brasileira enquanto um bloco forte que, em sua concepção, deveria - assim como as potências da época da Guerra Fria -, desenvolver atividades e concentrar investimentos nas investigações sobre o espaço sideral no âmbito da corrida armamentista.

Quando chegou a Portugal, Juscelino voltou a tocar no tema da construção de uma Escola Superior de Astronáutica em Lisboa sob o espírito de Sagres. <sup>12</sup> Logicamente, esta questão não deteve muito a atenção do governo português, que possuía uma série de prioridades mais urgentes a exemplo dos planos de valorização econômica das colônias africanas e a luta para manter a integridade do seu Império. Um país tradicionalmente ruralista e dono de um parque industrial incipiente como o Portugal de Salazar dificilmente se entusiasmava com um projeto tão tecnológico.

De fato, a representação de si próprio, que Juscelino encenava ao cultivar o vulto heroico do mentor da escola de Sagres, intencionava afirmar continuamente os aspectos

---

<sup>10</sup> *O Século*, (Lisboa), quinta-feira, nº 28.072, 80º ano, 02 de junho, 1960, p.1.

<sup>11</sup> *Ibidem*, 1960, p. 1.

<sup>12</sup> Vejamos a menção de JK no Porto à carta que escrevera antes de chegar a Portugal onde consta a sua proposta de construção de um pólo de astronáutica luso-brasileiro: “Em carta ao Presidente Tomás, lembrei iniciarmos sob o patrocínio do Infante de Sagres, a integração da nossa juventude na astronáutica. Insisto em reunirmos as nossas pátrias no espírito do celebrado pioneiro, tornando-nos mais próximos do nosso tempo. Perdoai-me, mas não me resigno a ter ambição pequena quando se trata da participação Ibero-Americana na conquista de um grande lugar que hoje se denomina Ocidente”. Câmara Municipal do Porto. *op. cit.*, 1960, p. 323.



positivos da sua política de modernização e industrialização do Brasil. Todavia, a eficácia de sua propaganda estava condicionada pelo escamoteamento de relevantes questões de foro social, a exemplo do problema do escasso investimento na educação, da pobreza das regiões Norte e Nordeste do país, e, por fim, do extrapolamento da dívida externa ao final de seu mandato, especialmente após a deslocação da capital para a região centro do país e da implementação do Plano de Metas em seu governo.

Todavia, fazia parte das teatralizações da fraternidade luso-brasileira mostrar as grandezas e qualidades de cada país, buscando filiá-las na tradição heroica do Infante D. Henrique. Dentro deste jogo, naturalmente, as idealizações afluíam tanto do lado português, quanto do lado brasileiro, o que era permitido desde que o objetivo de vangloriar as capacidades colonizadoras e civilizadoras do gênio lusitano permanecesse central. Mas, importa perguntar: estas encenações tiveram alguma tradução em termos de avanços diplomáticos concretos?

No dia 10 de agosto de 1960, o *Diário de Lisboa* contabilizava, assim, os progressos no desenvolvimento da política bilateral luso-brasileira possibilitados pela visita de JK a Portugal:

Os Chefes de Estado do Brasil e de Portugal assistiram à assinatura de acordos e convenções. [...] Assinaram oito documentos, em duplicado. São portanto 16 assinaturas que faz cada um dos ministros: convenção sobre dupla nacionalidade entre Portugal e Brasil: declaração sobre as relações econômicas: convenção sobre representação diplomática e consular; acordo sobre turismo; acordo sobre vistos em passaportes comuns; acordo sobre medidas várias para dar efetivação prática às obrigações e princípios consignados no tratado sobre a admissão e permanência dos cidadãos de um país no outro, equiparação dos cursos, exercício de profissão e atividades econômicas, disposições militares, territoriais e relativas aos emigrantes portugueses: acordo sobre extradição e convenção sobre assistência judiciária gratuita <sup>13</sup>.

No essencial, estes foram os resultados positivos mais imediatos. Além disso, como já discutimos, o Brasil já havia se posicionado em favor dos interesses portugueses na Índia e renovou o seu apoio no respeitante à África após as comemorações henriquinas, parecendo sensível à especificidade do caso colonial português, invocada pelos ideólogos do Estado Novo e agora escudada nas teses do lusotropicalismo e nas reformas administrativas dos inícios da década de 1950. O

---

<sup>13</sup> *Diário de Lisboa*, (Lisboa), nº 13531, 40º ano, quarta-feira, 10 de agosto, 1960, pp. 1-2.

discurso de Salazar, proferido na Assembléia Nacional a trinta de novembro de 1960, retomou o tema, ao sublinhar aquilo que, a seu ver, distinguia o modelo lusitano dos demais modelos coloniais europeus. E, como seria de esperar, não se esqueceu do exemplo brasileiro para precisar melhor o cariz multiétnico da nação portuguesa:

Mais de 300 anos trabalhamos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o Mundo, caldeia-na variedade dos seus elementos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade plurirracial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no continente americano. Pacífico, estável, dinamicamente progressivo, o Brasil, mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria <sup>14</sup>.

Sempre que aludia ao Brasil, o chefe do governo português frisava o aspecto da lusitanidade da ex-colônia americana para que esta continuasse a ter sua imagem associada à ex-metrópole e nunca às outras colônias portuguesas que lutavam por sua independência. Decerto que Salazar considerava o próprio Juscelino um político hábil, arguto e um verdadeiro amigo de Portugal, muito embora manifestasse preocupações acerca de sua compreensão das relações luso-brasileiras:

“Disse e repeti a Juscelino”, afirma Salazar aos seus colaboradores, “que as relações luso-brasileiras são fundamentalmente políticas. Se estamos com receios do que possam pensar outros, ou se nós pensamos poder desenvolvê-las a partir da economia ou do comércio, então não chegaremos a qualquer resultado útil” <sup>15</sup>.

Sob as orientações de Salazar, Marcelo Mathias, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958-1961, procurou estreitar as relações políticas com a ex-colônia americana em suas negociações junto ao chanceler brasileiro Horácio Lafer. E, de fato, resultaram frutíferos os avanços das negociações entre ambos os países em causa. Foram assinados diversos acordos que fundamentavam a criação de uma representação diplomática e consular única para os dois países, além do projeto do estatuto da dupla-

<sup>14</sup> Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 426, volume 36, 1960, pp. 14-15.

<sup>15</sup> NOGUEIRA, Franco. *op. cit.*, volume 5, 2000, p. 159.

nacionalidade e de uma colaboração cultural luso-brasileira. Deram-se também avanços significativos para a concretização da Comunidade Luso-Brasileira, mas que ainda ficaram pendentes da ratificação do Congresso brasileiro para que pudessem vigorar.

Na contramão das expectativas e anseios do governo português pela urgente concretização da Comunidade Luso-Brasileira, teremos de destacar os efeitos decorrentes da sucessão presidencial no Brasil. Ora, como já se sabe, quando Jânio Quadros ascendeu à presidência da República em janeiro de 1961, uma de suas primeiras atitudes foi rearranjar a política externa brasileira. Neste sentido, o novo presidente arquitetou uma Política Externa Independente, que defendia uma maior autonomia ao Brasil com relação aos Estados Unidos da América, e que tentou fechar acordos econômicos, comerciais e de outras naturezas com países não apenas capitalistas, mas também socialistas. Além disso, Jânio Quadros hostilizou a política colonialista de Salazar e rompeu com o apoio brasileiro antes concedido por JK <sup>16</sup>.

Outros fatores ainda contribuíram para que o apoio do governo brasileiro à política colonialista do Estado Novo português chegasse ao fim, ou, pelo menos fosse interrompido. A explosão da guerra pela independência nos países africanos de colonização portuguesa, por exemplo, ia diretamente contra o propósito de luta pela paz e pelo desarmamento que configurava uma diretriz da nova política externa independente brasileira.

Além disso, a questão da idade avançada do próprio Salazar e o problema do futuro do regime estadonovista sem seu grande chefe <sup>17</sup> fazia com que a aliança com o

---

<sup>16</sup> Como já foi dito antes na presente tese, “Com a ascensão à presidência do Brasil do governador de São Paulo, Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro com relação ao problema colonial português iria modificar-se inteiramente. Logo após eleito, o presidente Jânio Quadros manifestou publicamente a sua oposição à opressão colonialista, preconizando a rápida emancipação dos povos africanos e asiáticos. O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arino de Melo Franco, ao tomar posse em 1º de fevereiro de 1961, assumindo o seu cargo o vice-presidente João Goulart. A virada à esquerda e a nova política brasileira em relação à África, foram, no entanto, mantidas, sendo seu intérprete o novo chanceler, San Tiago Dantas, que intitulou a nova orientação da política externa do Brasil de *política externa independente*. Em uma obra publicada em 1962, afirmava ser um dos objetivos dessa política, “o apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole”. O recado para o governo português era bem claro”. MAGALHÃES, José Calvet de. “As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX” in *Incertas relações: Brasil- Portugal no século XX*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 109.

<sup>17</sup> De acordo com Franco Nogueira, biografista da vida de Salazar, em maio de 1960, “Oliveira Salazar passou os setenta e um anos, e concentra-se mais e mais na idéia da morte breve. Cita Vieira com freqüência: não há maior indício de se durar pouco do que haver durado muito. E diz, repisa aos seus íntimos: ‘já vivi muito, já vivi demasiado’. Há precisamente meio século fora a sua primeira matrícula na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; e desde então havia sido árduo o caminho e, por entre

governo português fosse repensada. Por último, destacamos a tensão diplomática entre os Estados Unidos da América sob o governo do presidente John Kennedy e o Portugal de Salazar, acentuada com a eclosão da guerra em Angola<sup>18</sup>. A formação de uma nova política externa norte-americana para a África estava fundamentada em princípios de base anticolonialista, alinhados a uma ideologia de modernização contrária aos ideais do Estado Novo português. Deste modo, Portugal ficava cada vez mais isolado no contexto da Guerra Fria, uma vez que seu imperialismo era contestado tanto pelo bloco soviético quanto pelo norte-americano, o que também concorria para que a política externa brasileira, sob as orientações de Jânio Quadros, interrompesse seu tradicional apoio concedido à antiga metrópole.

De todos os modos, é difícil dizer se foi a resistência do governo português ao reconhecimento da emancipação de suas colônias que resultou na prolongação da guerra colonial, ou se foi o novo desenho da política mundial voltada para África, enquanto continente autônomo e potencial zona de influência para as novas potências, que concorreram para o fim da parceria internacional luso-brasileira. De fato, as duas coisas influenciaram - cada qual à sua maneira - a nova reorientação da política externa apostada em conferir ao Brasil um papel de liderança entre os países subdesenvolvidos, o que incluía a própria África, especialmente a de língua portuguesa.

---

luzes e sombras, muitas as vicissitudes. Julga que se aproxima agora o fim. Repete: ‘Todos os dias me sinto declinar’”. NOGUEIRA, Franco. *op. cit.*, volume 5, 2000, p. 23.

<sup>18</sup> Vejamos os agravantes das realções luso-norteamericanas suscitados a partir das negociações entre Kennedy e Salazar pela independência angolana: “A diplomatic rift emerged in 1962 due to the divergent intellectual and cultural frameworks of the United States and Portugal that were appropriated into their foreign policy vis-à-vis Angolan decolonization. In both cases of lusotropicalismo as ideology in the Estado Novo, and modernization as ideology in the Kennedy administration, ideology would function in diverse contexts. That is to say, in some cases ideology would function “as a political instrument, in some cases, as an analytical model, at other times, as a Kennedy realized from practice that the NATO alliance system did not imply that Salazar would align Portugal with the United States in the name of ideological bipolar diplomacy. [...] The Cold War was not simply a two-sided arm wrestle on a global scale where Salazar could be expected to accept Kennedy’s policy favoring Angolan self-determination. Instead, diplomacy was more to do with crisis management between NATO allies on different issues, such as the question of colonialism”. MAK, Daniela. “Colonial Discourse in the Cold War: Negotiations Between António de Oliveira Salazar and John F. Kennedy over Angolan Independence and the Azores Base from 1961 to 1963” in *2009-2010 Penn Humanities Forum on Connections*, pp. 95-96.

Disponível em:  
[http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=uhf\\_2010&seiredir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dpresidente%2520kennedy%2520antonio%2520de%2520oliveira%2520salazar%26source%3Dweb%26cd%3D2%26ved%3D0CDUQFjAB%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1012%2526context%253DUhf\\_2010%26ei%3DrsUdXbN4yy8ATw3oDIDw%26usg%3DAFQjCNGN7ZSJfymP51UCyUpzzEqLA4ieQ%26bvm%3Dbv.45175338%2Cd.eWU#search=%22presidente%20kennedy%20antonio%20de%20oliveira%20salazar%22](http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=uhf_2010&seiredir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dpresidente%2520kennedy%2520antonio%2520de%2520oliveira%2520salazar%26source%3Dweb%26cd%3D2%26ved%3D0CDUQFjAB%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1012%2526context%253DUhf_2010%26ei%3DrsUdXbN4yy8ATw3oDIDw%26usg%3DAFQjCNGN7ZSJfymP51UCyUpzzEqLA4ieQ%26bvm%3Dbv.45175338%2Cd.eWU#search=%22presidente%20kennedy%20antonio%20de%20oliveira%20salazar%22) Acessado em 11/04/2013.

De acordo com esta lógica, perdeu todo o sentido que a ex-colônia americana precisasse do intermédio de Portugal para lidar diretamente com os países africanos, uma vez que o novo contexto trazia consigo a oportunidade do Brasil vir a ser o próprio intermediador entre a América Latina e a África. Ademais, interessava ao governo brasileiro conceder apoio estratégico às causas independentistas dos países africanos de língua portuguesa, com os quais poderia criar um novo relacionamento mais vantajoso e menos competitivo à revelia das políticas de monopólio comercial impostas pela metrópole lusitana que em tanto desfavoreciam a venda do café e de outros bens de consumo primários brasileiros nos mercados consumidores internacionais.

O quadro da política externa brasileira, de Jânio Quadros em diante, pode ser resumido nas linhas seguintes:

As relações contemporâneas do Brasil com a África começaram no governo de Jânio Quadros. Embora presidente apenas por oito meses no ano de 1961, sua Política Externa Independente definiu uma alternativa para o apoio a Portugal defendido por seus predecessores, o que ocorreu no mesmo momento em que rebeliões violentas pela independência irrompiam nas colônias portuguesas na África. Jânio abriu embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal. Seu sucessor, João Goulart, continuou nessa linha até sua deposição pelos militares em 1964. O governo Castelo Branco reverteu a direção da política externa brasileira e prendeu seguidores dos movimentos para a independência da África portuguesa. As relações com os Estados Unidos e Portugal foram restauradas. O ministro das Relações Exteriores de Castelo Branco, Juracy Magalhães, declarou que “Tudo que é bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil”. Entrevistado por um jornalista português, Magalhães estendeu esse sentimento: “Tudo o que acontece de bom para Portugal é recebido com imenso agrado pelo Brasil”<sup>19</sup>.

Apenas após a instauração da ditadura militar brasileira é que as relações com Portugal são, em parte, recuperadas, tendo-se então retomado as negociações sobre o Tratado de Amizade e Consulta e da Comunidade entre os dois países. Contudo, podemos dizer que foi mais precisamente durante o governo de Marcelo Caetano que as investidas no relacionamento político-diplomático com o Brasil levadas a cabo pelo Estado Novo português deram o seu último ato simbólico. Referimo-nos às comemorações da independência brasileira em 1972, ocasião em que o presidente

---

<sup>19</sup> DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, São Paulo, Paz e Terra, 2011, p. 52.

português Américo Tomás, acompanhado pelo sucessor de Salazar, foram ao Brasil para acompanhar a transladação dos restos mortais daquele que foi o “patrono da independência brasileira”: D. Pedro I, ou D. Pedro IV de Portugal.

As festas do sesquicentenário da independência do Brasil retomaram o perfil exaltador da amizade luso-brasileira presente nas comemorações henriquinas. O seu diferencial, no entanto, consistia no fato do Brasil ser chefiado, naquela conjuntura, por um ditador, oriundo do exército, o General Emílio Garrastazu Médici, um apreciador dos regimes antidemocráticos, o que, por si só, gerava uma espécie de empatia com o caso da realidade política portuguesa, cujo presidente era um Almirante oriundo da Marinha. Não obstante, a iniciativa do presidente Américo Tomás e do chefe do Conselho de ministros Marcelo Caetano de não apenas tomarem parte nas comemorações dos cento e cinquenta anos da independência brasileira, mas de entregarem os restos mortais do Imperador D. Pedro I do Brasil, foi um gesto de grande apelo sentimental e histórico que contribuiu para uma dinâmica reaproximação entre os dois países.

A recepção dos chefes políticos portugueses e dos restos mortais do Imperador D. Pedro I do Brasil foi acompanhada por um clima de

[...] júbilo e profunda gratidão. Desejo há muito acalentado pelo povo brasileiro, que já construíra no Monumento do Ipiranga, em S. Paulo, o mausoléu destinado a acolher as cinzas do seu Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo, de norte a sul do país as manifestações foram as mais eloqüentes, salientando-se o pronunciamento feito, a 12 de agosto de 1971, pelo ilustre Presidente Emílio Garrastazú Médici, na resposta que dirigiu ao eminente Chefe de Estado de Portugal, Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz. E a nossa gratidão será eterna e jamais desmerecida <sup>20</sup>.

Diante das palavras do embaixador do Brasil em Portugal naquela altura, o Professor Gama e Silva, podemos concluir que as comemorações do sesquicentenário da independência brasileira encontraram na participação especial dos membros mais altos do governo português o espaço perfeito para o prolongamento dos moldes das comemorações cívicas que já analisamos e cujo apogeu foi alcançado nas festas henriquinas de 1960. Mas os tempos já eram outros.

---

<sup>20</sup> *A entrega dos restos mortais de D. Pedro IV à nação brasileira: depoimentos e entrevistas*, Lisboa, Oficinas gráficas da Companhia Nacional, 1972, pp. 17-18.

Não muito depois da celebração brasileira de 1972, a ditadura estadonovista encontraria seu final com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) e o Brasil começaria a viver o processo de abertura do regime militar com a ascensão do General Ernesto Geisel ao poder. Eram começos de novos tempos para os dois países atlânticos, tempos de vicissitudes e transformações políticas e sociais que exigiam que cada qual prestasse mais atenção à sua própria situação interna e às exigências de suas respectivas subjetividades conjunturais e inserções geopolíticas regionais e globais. Encerrava-se, portanto, o ciclo das comemorações de espírito fraternal entre a antiga colônia americana e a ex-metrópole lusitana no contexto do Estado Novo português, ao mesmo tempo em que os resultados da participação brasileira nas comemorações henriquinas de 1960 se extinguíam, ou perdiam todo o seu sentido diante de um novo contexto histórico e político em acelerada mutação não só nos dois lados do Atlântico como nas partes do mundo tocado, há mais de quinhentos anos, pela aventura imperial portuguesa.